



PSD p.5

PS conhecerá a “terceira derrota” em 24 de Janeiro



PSD p.7

PSD e CDS-PP reuniram com constitucionalistas

POVO LIVRE



nº 1899

25 de Novembro de 2015

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

CABE AO PS APRESENTAR SOLUÇÃO “ESTÁVEL, DURADOURA E CREDÍVEL”

Pedro Passos Coelho no final de uma audiência com o Presidente da República





Audiência com o Presidente da República

Cabe ao PS apresentar solução “estável, duradoura e credível”

Depois de o PS ter de uma forma “irresponsável” derrubado o executivo, cabe-lhe agora construir uma solução de Governo com “uma maioria estável, duradoura e credível”, que “ainda não tem”. Esta foi a mensagem principal de uma declaração do Primeiro-Ministro e líder do PSD, à saída de uma audiência com o Presidente da República, sexta-feira, 20 de Novembro. “Cabe ao PS construir uma solução de Governo que corresponda àquilo que o próprio PS disse que era indispensável e sem o que não derrubaria o Governo que saiu das eleições, ter uma maioria estável duradoura e credível que ainda não tem”, reiterou de forma explícita o presidente do PSD.

Ressalvando que se as circunstâncias constitucionais o permitissem o PSD defenderia a convocação de eleições antecipadas, Passos Coelho defendeu que, “uma vez que essa possibilidade está vedada”, cabe nesta fase ao PS “apresentar ao país e ao Presidente da República uma tal alternativa”. Acompanhado pelos dirigentes Marco António Costa, Luís Montenegro, Jorge Moreira da Silva e José Matos Rosa, o líder do PSD começou a declaração por lembrar a forma “irresponsável” como “um governo legítimo, que foi escolhido pelos portugueses nas eleições foi derrubado no parlamento”. E, acrescentou, uma vez que o PS assumiu a responsabilidade de derrubar o Governo, então tem “a obrigação política e moral” de apresentar ao país e ao Presidente da República uma solução de Governo “credível, consistente, estável e duradoura”.

Sublinhando que o PSD não vê nas posições que foram assumidas pelos partidos de esquerda “uma solução que tenha estas características”, Passos Coelho acusou os socialistas de quererem substituir um Governo de maioria relativa que os portugueses escolheram nas eleições, por “um Governo de minoria socialista apoiado por outros partidos mais radicais”.

“O PS não tem a garantia que o seu próximo Orça-



mento do Estado possa ser aprovado por essas forças políticas e não tem garantias que a participação de Portugal, decisiva como estado de pleno direito membro da União Europeia, possa continuar a respeitar aquilo que são as regras europeias”, disse.

E, continuou, uma vez o PS não poderá depois voltar-se para os partidos que derrubou no parlamento,

isso dá-lhe uma “responsabilidade acrescida”, porque “não pode com certeza acreditar que os partidos mais à esquerda parlamentar que se têm mostrado sempre anti-europeus e anti-atlântistas sejam o suporte de um Governo estável, duradouro e credível como o país precisa”.

Na declaração, Pedro Passos Coelho apontou ainda

o facto de o país estar num caminho de recuperação económica e de recuperação de emprego, “que depende estritamente nesta fase da confiança que os investidores possam ter em Portugal”. “É agora ao PS que cabe, uma vez que derrubou o Governo no parlamento encontrar uma solução política que vá ao encontro destas necessidades que o país tem”, venceu.

O Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, ouviu, dia 20, os sete partidos com assento parlamentar, 10 dias depois da aprovação de uma moção de rejeição ao programa do Governo. Além do PSD, o chefe de Estado ouviu o PS, o BE e o CDS-PP. À tarde, Cavaco Silva recebeu o PCP, o partido ecologista Os Verdes e o partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN). Na segunda-feira, o Presidente da República pediu ao secretário-geral do PS que desenvolva “esforços tendo em vista apresentar uma

solução governativa estável, duradoura e credível” e solicitou a clarificação de questões omissas nos acordos subscritos pela esquerda parlamentar.

Presidência da República divulga documento entregue ao secretário-geral do PS

«O Presidente da República recebeu hoje, em audiência, o Secretário-Geral do Partido Socialista, a quem entregou o seguinte documento contendo questões com vista a uma futura solução governativa:

Face à crise política criada pela aprovação parlamentar da moção de rejeição do programa do XX Governo Constitucional que, nos termos do artigo 195 da Constituição da República Portuguesa, determina a sua demissão, o Presidente da República decidiu, após audição dos partidos políticos representados na Assembleia da República, dos parceiros sociais e de outros agentes económicos, encarregar o Secretário-Geral do Partido Socialista de desenvolver esforços tendo em vista apresentar uma solução governativa estável, duradoura e credível.

Nesse sentido, o Presidente da República solicitou ao Secretário-Geral do Partido Socialista a clarificação formal de questões que, estando omissas nos documentos, distintos e assimétricos, subscritos entre o Partido Socialista, o Bloco de Esquerda, o Partido Comunista Português e o Partido Ecologista “Os Verdes”, suscitam dúvidas quanto à estabilidade e à durabilidade de um governo minoritário do Partido Socialista, no horizonte temporal da legislatura:

- a) aprovação de moções de confiança;
- b) aprovação dos Orçamentos do Estado, em particular o Orçamento para 2016;
- c) cumprimento das regras de disciplina orçamental aplicadas a todos os países da Zona Euro e subscritas pelo Estado Português, nomeadamente as que resultam do Pacto de Estabilidade e Crescimento, do Tratado Orçamental, do Mecanismo Europeu de Estabilidade e da participação de Portugal na União Económica e Monetária e na União Bancária;
- d) respeito pelos compromissos internacionais de Portugal no âmbito das organizações de defesa colectiva;
- e) papel do Conselho Permanente de Concertação Social, dada a relevância do seu contributo para a coesão social e o desenvolvimento do País;
- f) estabilidade do sistema financeiro, dado o seu papel fulcral no financiamento da economia portuguesa.

O esclarecimento destas questões é tanto mais decisivo quanto a continuidade de um governo exclusivamente integrado pelo Partido Socialista dependerá do apoio parlamentar das forças partidárias com as quais subscreveu os documentos “Posição Conjunta sobre situação política” e quanto os desafios da sustentabilidade da recuperação económica, da criação de emprego e da garantia de financiamento do Estado e da economia se manterão ao longo de toda a XIII legislatura.»

Fonte: site da Presidência da República



O presidente do PSD em entrevista à RTP

Governo socialista põe em risco equilíbrio orçamental

Se quiser formar Governo, o secretário-geral do PS tem de melhorar a solução de governação com os partidos à esquerda e deve demitir-se quando precisar dos votos dos sociais-democratas. O presidente do PSD analisava desta forma a situação política actual, numa entrevista à RTP, dia 20 de Novembro. “O PS não tem nenhuma legitimidade para nos pedir seja o que for. No dia em que o PS tiver de depender dos votos do PSD ou do CDS-PP para aprovar alguma matéria que seja importante, eu espero é que o doutor António Costa peça desculpa ao país, diga que enganou o país na solução que corporizou ao derrubar o Governo anterior para poder oferecer um Governo minoritário e instável no parlamento, e se demita”, afirmou Pedro Passos Coelho.

Para o presidente do PSD, o secretário-geral do PS “devia melhorar” a solução governativa a apresentar ao Presidente da República, apontando duas alternativas: ou “uma coligação de Governo” ou “um acordo digno desse nome”, que assegure a aprovação dos orçamentos. “Ele tem a obrigação de melhorar essa solução”, reafirmou, atribuindo ao PS a obrigação de assegurar “uma alternativa maioritária, estável, coesa” que aprove todos os instrumentos da governação, incluindo os programas a apresentar em Bruxelas.

Nesta entrevista, o chefe do Executivo voltou a considerar que “deixar um Governo que tem a maioria absoluta do parlamento contra si a governar ou a fazer de conta que governa não é uma boa solução”.

Em matéria europeia, o presidente do PSD sustentou que BE e PCP se preparam para manter as suas posições, contando que “quando for necessário aprovar orçamentos



que cumpram as regras em Bruxelas, ou matérias com as quais eles não concordam, o PS que encontre, talvez no PSD ou no CDS o apoio para isso”.

Questionado se o PSD tenciona votar sempre contra as medidas de um Governo do PS, respondeu: “Não é isso que eu estou a dizer. O PSD decidirá de acordo com aquilo que entender que deve ser o interesse nacional”.

Passos Coelho ressaltou que “o PSD vai comportar-se sempre com o mesmo sentido de responsabilidade e com a interpretação que faz daquilo que é o interesse nacional”. “O que estou a deixar claro é que não vale a pena pôr a questão de saber se é o PSD que vai suportar o Governo do PS, porque aquilo que se pretende é que o PS mostre a solução suficiente para governar que justificou que tivesse derrubado o Governo que ganhou as eleições”, reforçou.

Pedro Passos Coelho considera que um Governo do PS apoiado pelos partidos à sua esquerda põe em risco a recuperação económica, um clima de confiança e o equilíbrio das contas públicas. O Primeiro-Ministro em exercício qualifica de “muito perigoso” o caminho proposto pelos socialistas em termos económicos e argumentou que “tudo aquilo que é conhecido hoje de compromisso entre o PCP, o Bloco de Esquerda e o PS são medidas que ou agravam a despesa ou reduzem a receita”.

Questionado sobre a estabilidade dos mercados na actual conjuntura política portuguesa, Passos Coelho disse esperar que isso se mantenha, mas acrescentou que “o problema é a mensagem que sair do Orçamento que for aprovado no parlamento em 2016”, manifestando-se receoso de que seja uma mensagem de agravamento das contas públicas.

Interrogado se considera que a trajectória de crescimento económico pode estar em risco com um Governo do PS, respondeu: “Não tenho dúvida disso, por várias razões”. “Em primeiro lugar, porque os partidos mais radicais de que dependerá um Governo minoritário do PS têm várias posições assumidas relativamente à nossa participação quer na moeda única quer na União Europeia que não são compatíveis com um clima de confiança”, sustentou.

Referindo-se às medidas acordadas entre PS e os partidos à esquerda, Passos Coelho disse não ter visto “um conjunto coerente que assegure a trajectória de equilíbrio orçamental”. “Eu não vi. Portanto, trata-se de uma questão de fé. O PS diz que sim, que vai cumprir. Mas eu até à data só vejo medidas ou que agravam a despesa ou que diminuem a receita”, reforçou, concluindo que possivelmente “esses objectivos não serão atingidos, porque não estão lá as medidas necessárias”.

PSD tomará decisão sobre candidato presidencial em Dezembro

O presidente do PSD afirmou que o PSD vai tomar uma decisão em Conselho Nacional, em Dezembro, sobre o apoio formal à candidatura presidencial de Marcelo Rebelo de Sousa. “Nós teremos Conselho Nacional agora no próximo mês de Dezembro e tenho a certeza de que essa questão será objecto de discussão e de uma deliberação”, afirmou Passos Coelho, em entrevista à RTP, depois de questionado sobre um eventual apoio formal do PSD a Marcelo Rebelo de Sousa.

Segundo Passos Coelho, “não é impossível que possam ainda aparecer outros candidatos, mas é pouco provável”. O presidente do PSD considerou que as actuais circunstâncias políticas mostram “como é importante a eleição do Presidente da República” e, questionado se está desapontado com a forma como Marcelo Rebelo de Sousa se tem posicionado, voltou a evitar uma resposta directa.

Passos Coelho manifestou a opinião de que “não houve tempo até esta data para que a chamada campanha presidencial ocupasse o centro do palco político”. “É muito natural que, agora, com a conclusão desta crise que vivemos em torno do Governo os candidatos presidenciais sejam instados a dizer o que pensam, a confrontarem as suas opiniões. E julgo que, à medida que isso ocorra, alguém que possa estar menos satisfeito ou menos confortado com aquilo que até hoje ouviu por parte do professor Rebelo de Sousa, [esse sentimento] se dissipará”, acrescentou.

Passos Coelho declarou não ter dúvidas de que Marcelo Rebelo de Sousa “corporiza bem” os valores da área política do PSD e considerou que os sociais-democratas “não se sentirão com certeza desidentificadas com aquilo que ele possa representar” na campanha para as presidenciais de 2016.



PS conhecerá a “terceira derrota” em 24 de Janeiro



O vice-presidente do PSD antevê que o secretário-geral do PS terá “a terceira derrota” eleitoral nas presidenciais, transformando-se no líder político “que mais eleições perdeu”. “Estou certo de que contribuirão todos para, nas eleições presidenciais, oferecer ao secretário-geral do PS a sua terceira derrota eleitoral e ele ficará conhecido como o secretário-geral do Partido Socialista que mais eleições perdeu num curto espaço de tempo”, sublinhou Marco António Costa, numa intervenção durante a tomada de posse dos novos órgãos distritais do PSD de Leiria, sexta-feira.

O vice-presidente coordenador social-democrata apontara as derrotas dos socialistas nas eleições regionais na Madeira e nas legislativas de 4 de Outubro passado.

As eleições presidenciais foram marcadas para o dia 24 de Janeiro. Na intervenção em Leiria, Marco António Costa considerou ainda que a associação do PS com o BE e o PCP é “indescritível do ponto de vista da sua coesão e competência”.

Executivo de esquerda não conta com o apoio do PSD

A formação de um executivo do PS não conta com o apoio do PSD, considerando-a “uma solução de recurso” num contexto de “crise política grave e inédita”. “Respeitando a decisão do senhor Presidente da República, não queremos deixar de sublinhar, no entanto, que esta nova solução de Governo não conta com o nosso apoio político, apenas responsabilizando o PS e os partidos da esquerda radical que com ele se comprometeram para sustentar politicamente o futuro Governo no parlamento”, declarou Marco António Costa, em conferência de imprensa, na sede nacional do PSD, em Lisboa, dia 24.

O vice-presidente coordenador do PSD reforçou

esta posição: “Aquilo que nós hoje aqui dizemos com todas as letras é que não concordamos, nem subscrevemos nem apoiamos politicamente esta indicação e este Governo que o doutor António Costa irá chefiar”.

Antes, o porta-voz do PSD considerou que o Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, “como é óbvio, teve de encontrar uma solução de recurso para responder a uma crise política grave e inédita nestes 40 anos de democracia e cujas alternativas poderiam

representar um custo maior para Portugal”. “O PSD, apesar desta sua posição clara de não apoio, não quer deixar de desejar democraticamente os melhores votos para o desempenho do futuro Governo, no interesse dos portugueses”, acrescentou.

Questionado sobre a forma como o PSD estará na oposição, Marco António Costa respondeu: “Nós não estamos subjugados a nenhuma ditadura de que natureza seja, mas acima de tudo estamos subjugados



ao princípio da responsabilidade”.

Marco António Costa acrescentou que o presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, “não é um político que deserta nem que foge” e “estará onde for necessário”, com “a sua atitude e o seu carácter firme na defesa do interesse nacional”.

Referindo-se à rejeição do Programa do Governo PSD/CDS-PP no dia 10 de Novembro, afirmou: “A democracia foi encurralada e foi subvertida a vontade

popular dos portugueses que no dia 4 de Outubro de forma muito clara escolheram para primeiro-ministro o doutor Pedro Passos Coelho”.

O porta-voz do PSD acusou o PS de ter provocado “uma crise política com o objectivo de chegar ao poder”, aliando-se “à esquerda radical minoritária no parlamento”.

Quanto aos documentos assinados pelo PS com BE, PCP e PEV, defendeu que não correspondem à

prometida solução de Governo “duradoura, coesa e que garantisse aos portugueses governabilidade”, porque são “assimétricos” com “contradição em algumas matérias” e “omissões em matérias essenciais”.

Contudo, perante a impossibilidade de serem convocadas novas eleições neste momento, Marco António Costa concluiu que “cabe agora ao PS assumir as responsabilidades”, e atribuiu aos socialistas a obrigação de não porem em causa “o ciclo de crescimento económico e de recuperação do emprego”.

Declaração do vice-presidente coordenador após a indicação do Dr. António Costa para Primeiro-Ministro

«Na sequência da nota oficial divulgada pela Presidência da República, através da qual se informa o País sobre a indicação do Dr. António Costa para Primeiro-Ministro, o PSD vem expressar a seguinte posição:

1. O governo democraticamente escolhido pelos Portugueses nas eleições de 4 de Outubro foi derrubado no Parlamento em 10 de Novembro pelo Partido Socialista, que se aliou para este efeito aos restantes partidos minoritários da esquerda radical e ao PAN;

2. Recorde-se que esta opção do PS foi tomada apesar dos esforços do PSD e do CDS no sentido de poderem chegar a um compromisso com os socialistas, que permitissem que uma maioria maior, de inspiração europeia e atlantista, apoiasse no Parlamento a escolha que os Portugueses fizeram nas eleições e evitasse uma crise política;

3. Esta crise surgiu num momento em que Portugal está em plena recuperação económica, com um cres-

cimento previsto de 1,5% e uma redução sustentada do desemprego, que baixou para 11,9%

4. Sublinha-se ainda que Portugal, pela primeira vez desde que é membro da Zona Euro, atingirá este ano um défice inferior a 3%, podendo assim sair do procedimento por défice excessivo.

5. Sempre dissemos que a crise política causada com o derrube do XX Governo Constitucional deveria obrigar os responsáveis pela mesma a apresentarem uma solução alternativa de governo, coesa e duradoura;

6. Ora, é manifesta a fragilidade e inconsistência da solução apresentada pelo PS como alternativa de governo. Acresce que os três entendimentos bilaterais que assinou, para além de assimétricos, são omissos em matérias essenciais para o futuro do país e têm subjacente uma estratégia económica que nos merece as maiores reservas e preocupações.

7. Respeitamos as decisões do Sr. Presidente da República, que, como é óbvio, teve de encontrar uma solução de recurso para responder a uma crise política grave e inédita nestes 40 anos de democracia, e cujas alternativas poderiam representar um custo maior para Portugal.

8. Respeitando a decisão do Senhor Presidente da República, não queremos deixar de sublinhar, no entanto, que esta nova solução de governo não conta com o nosso apoio político, apenas responsabilizando o PS e os partidos de esquerda radical que com ele se comprometeram para sustentar politicamente o futuro governo no Parlamento.

9. O PSD, apesar desta sua posição clara de não apoio, não quer deixar de desejar democraticamente os melhores votos para o desempenho do futuro Governo no interesse dos Portugueses.

Lisboa, 24 de Novembro de 2015»



PSD e CDS-PP reuniram com constitucionalistas

O PSD e CDS-PP têm estado a reflectir a actual situação política, que consideram ser “uma crise política sem precedentes” e um “novo quadro político-constitucional”. José Matos Correia enquadró desta forma o encontro dos presidentes do PSD, Pedro Passos Coelho, e do CDS-PP, Paulo Portas, com um grupo juristas e constitucionalistas, incluindo vários deputados e ministros em funções, em Lisboa, dia 17 de Novembro.

O vice-presidente do PSD afirmou que “o objectivo desta reunião não é chegar a conclusões”, mas proporcionar um “aconselhamento sobre toda esta situação que o país vive”, e nada adiantou sobre o teor das intervenções. Questionado sobre eventuais alterações à Constituição discutidas neste encontro, respondeu: “Eu não disse que foram discutidas alterações. Eu não vou entrar em detalhes sobre o que aconteceu lá dentro, desde logo porque não se trata de reuniões partidárias”.

“O país atravessa uma crise sem precedentes, sobre ela de se tem de fazer uma reflexão, e essa reflexão está ainda em curso”, assinalou.

Esta reunião teve início pelas 16h00, e continuou depois das declarações prestadas por Matos Correia à comunicação social, terminando perto das 20h00.

Na sua intervenção, o vice-presidente do PSD referiu que estavam presentes neste encontro “constitucionalistas e politólogos”, para “proceder à análise da actual situação política e constitucional”. Interrogado sobre as conclusões a que chegaram, respondeu: “O objectivo desta reunião não é chegar a conclusões, é permitir aos líderes dos dois partidos da coligação ouvir um conjunto dos mais reputados especialistas nacionais nestas matérias, para que possam depois reflectir sobre o que ouviram e tomarem as iniciativas que entenderam”.

Segundo Matos Correia, “a rejeição do programa deste Governo abriu uma crise política sem precedentes em Portugal, rompendo com um conjunto de convenções estabelecidas



em 40 anos de democracia e que enformavam o sistema de Governo português”.

O social-democrata salientou que a Constituição impede, até que passem seis meses das legislativas, a dissolução da Assembleia da República e a convocação de novas eleições. “Os constitucionalistas ouvidos pronunciaram-se sobre este quadro político-constitucional, sobre as alternativas possíveis para a sua superação, bem como sobre as consequências das alterações ao sistema de Governo que resultam da presente crise política”, relatou, sem adiantar que posições foram assumidas.

“O objectivo desta reunião foi o de promover uma reflexão sobre uma situação que é, de facto, uma situação sem precedentes”, acrescentou.

Os ministros Luís Marques Guedes, Carlos Costa Neves, Rui Medeiros e Pedro Mota Soares, o secretário de Estado Pedro Lomba, o eurodeputado do PSD Paulo Rangel, o ex-ministro Miguel Poiars Maduro, o ex-eurodeputado do CDS Diogo Feio e o ex-secretário de Estado Joaquim Cardoso da Costa foram outros dos presentes. Os deputados Carlos Abreu Amorim, Miguel Morgado, Teresa Leal Coelho, do PSD, e Teimo Correia, do CDS, também estiveram neste encontro.



Medidas de segurança da Agência Internacional da Energia vão abranger o gás



O ministro da Energia, Jorge Moreira da Silva, afirmou que a Agência Internacional de Energia (AIE), cujos membros se reuniram durante dois dias em Paris, vai passar a dedicar-se também à segurança energética na área do gás. Moreira da Silva falou à imprensa, a propósito da participação de Portugal na reunião de dois dias da AIE, que juntou os ministros da energia dos países da OCDE e de outros Estados num encontro em Paris, três dias depois dos atentados à capital francesa e duas semanas antes da Cimeira sobre Alterações Climáticas (COP21), que decorrerá também naquela cidade.

Sublinhando que a AIE nasceu há cerca de 40 anos “com uma preocupação relacionada com a volatilidade dos preços do petróleo”, Moreira da Silva revelou que a agência “assumiu hoje o objectivo de não se dedicar apenas, no que diz respeito à segurança energética, a medidas de coordenação na área do petróleo, mas também na área do gás”.

“Todos ficaremos a ganhar com esta evolução, em especial porque as descobertas de gás que têm vindo a ser realizadas e o desenvolvimento do mercado de gás natural liquefeito posiciona a Península Ibérica como uma porta de entrada adicional para fornecimento de gás na União Europeia, beneficiando do terminal de Sines”, explicou.

O ministro português adiantou que, além dos membros efectivos da AIE, decidiu-se “alargar a agência a países associados que não fazem parte da OCDE”, pelo que, “além do México, que já estava previsto, também a China e a Indonésia” deverão passar a integrar esta organização.

Moreira da Silva indicou que também o Brasil, a Índia, a África do Sul, Marrocos e a Tailândia anunciaram hoje a sua intenção de integrar a AIE.

Quanto à reunião COP21, que começa em Paris a 30 de Novembro e que se prolonga até 10 de Dezembro, o ministro disse que a AIE apelou a que haja um “acordo ambicioso, custo eficiente, inclusivo e abrangente”.

De acordo com o governante, desta reunião ministerial resultou “um apelo e uma manifestação de confiança

quanto ao êxito da cimeira de Paris” sobre as alterações climáticas. “O combate às alterações climáticas é urgente, mas também é gerível, viável e custo eficiente. Temos todas as informações de que necessitamos quanto às consequências das alterações climáticas, mas também quanto as oportunidades económicas e de criação de emprego associadas a uma transição para baixo carbono”, defendeu Moreira da Silva.

O ministro adiantou que, segundo a partilha de informação entre os 40 países que participaram na reunião, “só em 2014, instalaram-se 130 gigawatts de potência renovável com um investimento de 13 mil milhões de dólares”.

Para Moreira da Silva, estes números “devem ser lidos também num contexto de redução de custos”, já que, entre 2009, quando ocorreu a última cimeira, a de Copenhaga, até 2014, “os custos das tecnologias energéticas limpas desceram de uma forma significativa”.

“As lâmpadas LED viram o seu custo reduzido em 90%, as baterias em 70%, a tecnologia fotovoltaica em 60% e a tecnologia eólica em 40%”, adiantou o governante.

Ministro português do Ambiente prestou homenagem às vítimas

O ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Jorge Moreira da Silva, prestou também homenagem, em Paris, às vítimas dos atentados de sexta-feira e manifestou a sua solidariedade para com o povo francês e os portugueses residentes em França. “Como é evidente, não poderia deixar de - estando em Paris - prestar homenagem e mostrar solidariedade com o povo francês, com o governo francês e com a nossa comunidade de portugueses radicados em França num momento muito difícil relativamente ao qual todos os portugueses têm manifestado solidariedade e expressado, de todas as formas, um abraço fraterno relativamente a todas as famílias enlutadas mas também ao povo francês”,

declarou aos jornalistas.

O ministro depositou uma coroa de flores junto à sala de concertos Bataclan, acompanhado pelo embaixador de Portugal em França, José Filipe Moraes Cabral, pelo representante de Portugal junto da OCDE, Paulo Vizeu Pinheiro, por Hermano Sanches Ruivo, autarca em Paris, e Paulo Marques, autarca em Aulnay-sous-Bois.

Moreira da Silva sublinhou “a forma extraordinária como os franceses têm reagido a uma provação tão grande como esta perante um crime hediondo, bárbaro, que chocou toda a humanidade”. “Penso que é importante num momento como este expressar a nossa solidariedade, mas também demonstrar que não devemos deixar de prosseguir toda a nossa actividade de combate a todas estas expressões. O combate ao terrorismo é um combate em todos os países e o povo português tem tido oportunidade de expressar esta solidariedade com o povo francês”, reiterou.

Moreira da Silva deslocou-se a Paris para a reunião ministerial da Agência Internacional de Energia que decorre hoje e amanhã na Agência de Energia Nuclear e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e que reúne ministros de 29 países-membros da AIE e de países parceiros, bem como representantes da União Africana, União Europeia e da OCDE.

A reunião tem como tema “Inovação para um Futuro Energético Limpo e Seguro” e decorre a duas semanas da COP21, a Cimeira de Paris sobre o clima, cuja realização se vai manter entre 30 de Novembro e 11 de Dezembro, com medidas reforçadas de segurança. “Eu penso que a circunstância de se ter mantido a reunião da Agência Internacional de Energia, juntando 40 ministros, foi um gesto importante na medida em que, a par da solidariedade com o povo francês é fundamental também uma demonstração de determinação relativamente a todos aqueles que combatem todas as expressões de terrorismo”, venceu o ministro.

Produção industrial em Portugal cresce mais do dobro da média do euro

Em Portugal, a produção industrial cresceu 4% em Setembro face ao mesmo mês do ano anterior, enquanto a média da Zona Euro não superou os 1,7%. A produção das fábricas portuguesas cresceu 4% em Setembro, face ao mesmo mês do ano passado, revelou o Eurostat na

quinta-feira, 12 de Novembro. Esta subida representa mais do dobro da média da Zona Euro (1,7%) e da União Europeia (1,8%). Segundo os dados do gabinete estatístico da União Europeia, o crescimento de 1,7% da produção industrial na região da moeda única deve-se, essencialmente, à produção

de bens de consumo duradouro e bens de capital, que subiu 2,6% e 2,2%, respectivamente. Na União Europeia, o crescimento do índice geral explica-se, sobretudo, pelo aumento da produção de bens de capital (2,7%).

PSD e CDS-PP entregam proposta para evocar 25 de Novembro de 1975



Os líderes parlamentares do PSD e do CDS-PP formalizaram na semana passada a proposta de que o Parlamento evoque o 25 de Novembro “com uma conferência ou sessão”, numa carta enviada ao presidente da Assembleia, Ferro Rodrigues. “Estando já marcados os trabalhos parlamentares para o próximo dia 25, sugerimos que deve o trabalho normal do parlamento ser complementado por uma evocação digna do momento histórico que queremos recordar, por exemplo, com uma conferência ou sessão que lembre a todas as gerações o caminho que, juntos, fizemos para a democracia”, lê-se na carta.

A carta enviada pelo líder parlamentar social-democrata, Luís Montenegro, e centrista, Nuno Magalhães, formaliza uma intenção comunicada na reunião de conferência de líderes de que fosse realizada na Assembleia da República uma evocação dos 40 anos do 25 de Novembro de 1975, que

marcou o final do Processo Revolucionário em Curso (PREC). “Assim como celebrámos com dignidade os 40 anos do 25 de Abril, dia primeiro que nos trouxe a liberdade, é da maior justiça e importância lembrar o dia, e os seus intervenientes, que confirmou a democracia, reforçou o pluralismo e evitou desvios totalitários em Portugal”, argumentam.

Na missiva, argumentam que “após meses de incerteza e radicalismo, o 25 de Novembro trouxe o fim dos extremismos, dos confrontos violentos e da ameaça sobre as instituições”. “Os eventos desse dia, e dos que se seguiram, consolidaram a liberdade de Abril, no caminho para um país europeu e democrático”, afirmam, para defender que “a casa da democracia deve lembrar e honrar esse momento histórico importante para a definição de Portugal como democracia parlamentar e pluralista baseada no voto democrático e numa Assembleia sem exclusões”.



Conselho de Ministros de 19 de Novembro de 2015



1. O Conselho de Ministros aprovou a prorrogação do programa SOLARH até 31 de Dezembro de 2016, podendo até essa data serem atribuídos os fundos correspondentes aos reembolsos dos empréstimos para financiamento no âmbito de programas de apoio à reabilitação e reconstrução urbana. O programa de apoio financeiro especial SOLARH destina-se a financiar, designadamente, agregados familiares de fracos recursos económicos na realização de obras de conservação e de beneficiação nas habitações de que são proprietários e que constituem a sua residência permanente.

Assume especial significado o caso dos trabalhos de reabilitação e de reconstrução das habitações por parte de particulares na Região Autónoma da Madeira, na sequência das intempéries de Fevereiro de 2010, pois não foi ainda possível a conclusão dos respectivos processos de concessão de financiamento.

Estando em curso obras de reabilitação e reconstrução de habitações de agregados familiares desalojados, e não podendo as mesmas ser concluídas até 31 de Dezembro de 2015, considera-se imprescindível e inadiável garantir a prorrogação do referido prazo, de modo a assegurar o financiamento e a conclusão das obras.

2. O Conselho de Ministros aprovou a alteração do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação e o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços.

Trata-se de uma alteração que visa responder a dúvidas suscitadas pela Comissão Europeia sobre o alcance de alguns dos conceitos empregues no diploma que transpõe a directiva da União Europeia relativa ao desempenho energético dos edifícios.

Dado que essas dúvidas eram susceptíveis de prejudicar a aplicação dos instrumentos de financiamento da eficiência energética no quadro comunitário 2020, o Governo decidiu adoptar, com urgência, as medidas clarificadoras que podem prevenir os referidos prejuízos, introduzindo as alterações de pormenor necessárias à aclaração dos conceitos que são utilizados na citada transposição, mantendo-se, no essencial, o regime até agora em vigor.

3. O Conselho de Ministros delegou, na sequência da aprovação da Lei Orgânica do XX Governo Constitucional, no Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia a competência para a prática de todos os actos necessários à execução dos contratos celebrados, e já aprovados, no âmbito do Sistema Nacional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral (SINERGIC).

Trata-se da aquisição de serviços de execução do cadastro predial para os municípios de Paredes, Penafiel, Oliveira do Hospital, Seia, Tavira, São Brás de Alportel e Loulé, no âmbito do SINERGIC.

4. O Conselho de Ministros mandatou o Ministro da Administração Interna para a prática de todos os atos decorrentes de Resoluções do Conselho de Ministros anteriormente aprovadas sobre a realização de despesas com a aquisição de bens e serviços relevantes na área da administração interna.

Esta decisão decorre da nomeação do Ministro da Administração Interna, tornando-se necessário proceder à respectiva delegação de competências para a prática dos actos referidos.

5. O Conselho de Ministros autorizou a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P., (ARSLVT) a realizar a despesa com a aquisição de serviços de higiene e limpeza, com fornecimento de consumíveis, para o ano de 2016, com recurso ao Acordo Quadro Higiene e Limpeza 2015.

O respectivo encargo financeiro é satisfeito pela verba adequada a inscrever no orçamento da ARSLVT, para o ano de 2016.

Esquerda divide-se sobre orientações da política externa

O PS votou a favor de um projecto de resolução do PSD e do CDS-PP sobre as “orientações fundamentais da política externa portuguesa”, que foi aprovado com os votos contra do BE, PCP, PEV e PAN. O projecto de resolução reafirma o empenhamento da participação de Portugal na NATO, “continuando a promover as políticas de defesa e segurança colectiva”, nomeadamente na “preservação da sua segurança territorial e do espaço atlântico, bem como na identificação e combate às ameaças terroristas internacionais e na prevenção e resolução negociada dos conflitos”.

No debate desta iniciativa esteve presente o ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete, que, como PSD e CDS-PP, atacou as diferenças entre o PS e os restantes partidos de esquerda nestas matérias e a omissão da política externa dos documentos comuns assinados por aqueles partidos com vista à formação de um executivo liderado pelos socialistas. “É muito pouco para se considerar que fazem parte do arco da governação, mas é demasiado nocivo para a estabilidade política e para o progresso económico e social de Portugal. Se alterarmos o perfil internacional do país, perderemos a nossa cre-



dibilidade, a qual foi decisiva para superarmos a crise”, argumentou Rui Machete.

O deputado do PSD Sérgio Azevedo acentuou também que quem ignora as divergências entre os partidos de esquerda nestas matérias “ou está a enganar-se a si próprio, e por conseguinte, a enganar os portugueses, ou está a usar um embuste para se apropriar do exercício do poder”.

O deputado social-democrata Pedro Roque começou por sublinhar que dois dos compromissos fundamentais e nucleares do nosso país em termos internacionais são o Tratado Orçamental e a Aliança Atlântica. De seguida, o deputado do PSD frisou que também nesta matéria o PS está em “dessintonia” com os restantes partidos da esquerda. Contudo, acrescenta o deputado, “diz-me com quem andas e dir-te-ei quem és. Porque mais do que as palavras importam os actos e o que se verificar daqui em diante”.

Pedro Roque elencou um conjunto de situações em que assistimos a sentidos de votos e propostas completamente distintas entre os partidos da extrema-esquerda e os socialistas.

Plano Estratégico dos Transportes tem uma visão integrada

“O tempo de fantasia acabou em 2011, num quadro de emergência financeira que nos colocou à mercê dos credores internacionais e das suas exigências, impondo ao País e ao Governo uma mudança de paradigma”. Estas foram as palavras iniciais da deputada do PSD, Odete Silva, no debate sobre a elaboração dum plano ferroviário nacional.

De seguida, a parlamentar recordou que o Governo de Coligação PSD-CDS iniciou pragmaticamente a reestruturação do sector dos Transportes, adoptando dois instrumentos lúcidos e relevantes em matéria de

Transportes, em concreto o Plano Estratégico dos Transportes (PET) para o horizonte 2011-2015 e posteriormente o Plano Estratégico dos Transportes e Infra-estruturas 2014-2020. “Temos que ter uma visão integrada, uma visão global, e os transportes têm de ser complementares entre si, de modo a garantir a mobilidade de pessoas e bens em Portugal, e de Portugal para fora do País. É isso que acontece com o Plano Estratégico dos Transportes, que além de responder a estes três vectores que garantem a mobilidade, a coesão social e territorial acima de tudo não esquecem a sustentabilidade financeira do sector ferroviário. Hoje, o que se impõe não são mais diagnósticos, não são mais estudos. Andámos

décadas a estudar e a diagnosticar. O Plano Estratégico dos Transportes não é mais um diagnóstico. O PET é um caminho a seguir. Um caminho a seguir no sector das infra-estruturas e transportes. É um Plano onde estão presentes um conjunto de opções resultantes da consciência de que os recursos públicos disponibilizados pelos contribuintes Portugueses são limitados”.

Odete Silva declarou ainda que o problema não está na elaboração pomposa de “Planos”, mas sim no irrealismo de quem os propõe.

PSD não se conforma com problemas sociais que afectam os açorianos



O presidente do PSD/Açores não se conforma com os problemas sociais que afectam grande parte da população açoriana, tendo garantido que o combate à pobreza será “prioritária” para um futuro governo regional social-democrata. Duarte Freitas, que falava na apresentação do livro que contempla as propostas recolhidas na sociedade civil pelo Conselho Consultivo de Independentes do partido, dia 20, salientou que é seu compromisso “o combate à pobreza e aos problemas sociais que afligem a nossa Região” e que que estas “devem ser prioridades para o futuro próximo”.

O líder dos social-democratas açorianos lembrou que no arquipélago “cerca de 70 por cento dos agregados familiares têm rendimentos inferiores a 530 euros mensais”, o que faz com que a necessidade de retirar as pessoas deste cenário de risco de pobreza deva “ser um objectivo, não apenas do PSD/Açores, mas da sociedade açoriana”.

Para o presidente do PSD/Açores, o mais importante é “aliviar o sofrimento de milhares de crianças que precisam de apoios sociais e de dezenas de milhares de doentes que esperam por uma consulta ou cirurgia”, trabalhando ao mesmo tempo para “garantir aos empresários melhores condições para que possam criar riqueza e mais postos de trabalho e dar esperança aos jovens que querem trabalhar”.

Duarte Freitas destacou o trabalho do Conselho Consultivo de Independentes na procura de “novas soluções para uns Açores melhores”, bem como o “extraordinário contributo” que muitos cidadãos deram para a elaboração dessas propostas.

O líder social-democrata elogiou a “enorme dedicação” de todos os que colaboraram na elaboração deste trabalho, cujas conclusões vão ser tidas em conta no programa de um futuro governo regional social-democrata.

O livro com as propostas do Conselho Consultivo de Independentes do PSD/Açores apresenta várias medidas “que permitirão aos açorianos encarar o futuro com esperança”.

Na área dedicada à família, dá especial atenção às

crianças em risco, propondo uma estrutura que permita uma maior ocupação dos tempos livres e a passagem dos programas de apoio às crianças sinalizadas dos Centros de Saúde para a Segurança Social.

Na saúde são apresentadas várias propostas das quais se destaca a aposta na informatização do sistema que permita uma verdadeira prescrição electrónica, com a utilização, por exemplo do número de cartão de utente nas farmácias, que estaria associado à receita anteriormente prescrita pelo médico.

No apoio aos idosos é preconizada uma aposta nas famílias de acolhimento e um aumento ao serviço de apoio domiciliário.

A problemática do emprego é, por sua vez, analisada pelo Conselho Consultivo de Independentes, com especial profundidade. De entre as várias medidas apresentadas, destaca-se a ligação do mercado de trabalho ao ensino, de modo que a formação profissional corresponda às reais necessidades dos potenciais empregadores. Neste segmento é ainda realçada a urgência em agilizar processos que permitam o investimento privado, nacional e estrangeiro.

Na área da cidadania, o estudo aposta, mais uma vez, na Educação, preconizando a introdução de disciplinas relacionadas com cidadania nos currículos escolares, desde o pré-escolar ao 12.º ano, bem como a introdução de voluntariado ou serviço comunitário no 12.º ano.

O estudo conclui, também, que é necessária a criação de uma nova empresa de comunicação social audiovisual que, através de serviço público, promova os valores de cidadania.

A terceira parte do estudo é dedicada ao Desenvolvimento dos Açores. Após uma profunda análise são feitas diversas recomendações, de onde se destacam, a renovação da frota marítima para responder às necessidades de passageiros e carga e a liberalização do transporte marítimo, à semelhança do que está em curso para o transporte aéreo.

A redução acentuada dos preços dos transportes inter-

-ilhas para dinamizar a economia da Região é também uma proposta defendida pelos especialistas.

Na quarta área do estudo, dedicada à Economia, são apresentadas vinte ideias, entre as quais o pagamento semanal de salários (o que para além de permitir uma melhor gestão do orçamento familiar, “aqueceria a economia”); e a produção de bens e serviços transaccionáveis de alto valor acrescentado aos quais estaria associada a marca Açores.

Os especialistas defendem, também, a protecção de empresas e comércio tradicional local, através de controlo de licenciamento, para impedir cópia de boas ideias.

Estas são apenas algumas das muitas propostas feitas pelo Conselho Consultivo de Independentes constituído e apoiado por um vasto grupo de personalidades especializadas em várias áreas.

Para o Conselho Consultivo de Independentes, o diagnóstico exaustivo à realidade açoriana identifica muitas fragilidades, pelo que é necessário reforçar políticas e investimento para que a Região possa fugir das posições negativas que tem em rankings nacionais, como os de insucesso escolar, abuso sexual, abandono escolar, violência doméstica, consumo de álcool, pobreza persistente, dificuldade no acesso aos cuidados primários de saúde ou nas listas de espera para cirurgias.

O Conselho Consultivo de Independentes teve como coordenador geral o escritor e jornalista Joel Neto e foi constituído por quatro grupos temáticos.

A docente universitária Ana Margarida Furtado foi a coordenadora do grupo Família; Catarina Furtado, Mestre em Ambiente, Saúde e Segurança, coordenou o grupo Desenvolvimento; o professor Carlos Bessa coordenou o grupo Cidadania e o gestor bancário Nuno Araújo coordenou o grupo Economia.

PSD/Açores continua do lado certo da história



O PSD “continua do lado certo da história, enquanto outros partidos se aliam a forças da extrema-esquerda radical, que são contra a NATO e contra União Europeia”. Duarte Freitas fez esta afirmação, após uma reunião nas instalações da NATO, em Bruxelas, onde foi acompanhado pela eurodeputada social-democrata Sofia Ribeiro e por uma delegação do PSD/Açores. “Num momento difícil em termos de segurança, o PSD/Açores quis dar nota, com esta visita à NATO, de que continua do lado certo da História.

Continuamos a achar que é ao lado dessas instituições que podemos resolver boa parte dos nossos problemas”, frisou o líder social-democrata regional.

Do encontro mantido no dia 18 de Novembro, Duarte Freitas destacou “a partilha de posicionamentos, face a um momento de grande insegurança, por via do terrorismo, mas também a análise da importância geoestratégica que os Açores têm no contexto da NATO, assim como as possibi-

lidades futuras que se podem abrir para a Região”, explicou.

O presidente do PSD/Açores lembrou que “está em cima da mesa a possibilidade de um Centro de Excelência da NATO poder ser colocado em Portugal. Nesse sentido, são muito importantes os esforços do congressista federal Devin Nunes, para que tal possa acontecer na Base das Lajes”, adiantou.





Povo Livre

ORGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: Vítor Crespo

Cavaco Silva na Assembleia da República

GOVERNO NÃO PRESCINDE DA SUA COMPETÊNCIA DE EXECUTAR O ORÇAMENTO

Não há lei que possa obrigar um Governo a fazer despesas que ele considera um desperdício, ou obrigá-lo a deitar dinheiro à rua



Têm os Senhores Deputados afirmado muitas vezes o vosso empenhamento em prestigiar a Assembleia da República e salientado a qualidade do trabalho pro-

duzido durante a presente legislatura.

O Governo deseja que seja realmente assim e tem afirmado que cada órgão de soberania se prestigia

quando realiza e bem as tarefas que lhe competem sem procurar interferir nas competências próprias de outros órgãos.

Relembro aqui a tendên-

cia generalizada nos sistemas democráticos — como se sabe, inundado em leis e leis tantas vezes não cum-

(Notícia página 2)



Luís Galdes ao «PL»

APOSTÁMOS FORTE NOS AUDIOVISUAIS

- Dispomos já de uma curta-metragem sobre o XIII Congresso Nacional
- Vamos ter uma longa-metragem sobre o PSD

(Pág. 3)

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



CABECEIRAS DE BASTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Cabeceiras de Basto, para reunir no próximo dia 09 de Janeiro de 2016, (sábado) pelas 17h00, na sede, sita no Quinchoso – Cabeceiras de Basto, com a seguinte

Ordem de trabalho:

Ponto único – Eleição dos órgãos da Secção (Mesa da Assembleia de Secção e Comissão Política de Secção).

Nota:

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede da Secção.

- As urnas estarão abertas entre as 17h00 e as 23h00.

ENTRONCAMENTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Entroncamento, para reunir, no próximo dia 11 de Dezembro de 2015, (sexta-feira) pelas 21h00 na sede, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 – Informações

2 - Análise da situação política local e nacional

3 – Outros assuntos

MATOSINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Matosinhos, para reunir, no próximo dia 27 de Novembro de 2015, (sexta-feira) pelas 21h30 no edifício da sede da Junta de Freguesia de Leça da Palmeira, sita na Av. Dr. Fernando Aroso, nº 371, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 – Análise da situação política partidária
- 2 – Outros assuntos de interesse dos militantes, sem carácter deliberativo

SINTRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Sintra, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 02 de Dezembro de 2015, (quarta-feira) pelas 20h30 na sede de Queluz, sita na Rua José Cipriano da Silveira, nº 9 - B, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único – Portugal Caminhos de Futuro

VIANA DO CASTELO

Nos termos dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD para os Órgãos Distritais e Locais, convocam-se todos os militantes do Distrito de Viana do Castelo, para a Eleição dos Órgãos Distritais, a realizar no próximo dia 31 de Janeiro de 2016, (domingo), pelas 14h00, em todas as Sedes de Secção, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição dos Órgãos Distritais:

a) Mesa da Assembleia Distrital

b) Comissão Política Distrital

c) Conselho de Jurisdição Distrital;

d) Comissão Distrital de Auditoria Financeira;

e) Delegados de Secção à Assembleia Distrital.

Locais de votação e entrega de listas

Arcos de Valdevez – Rua Nunes de Azevedo cv, CC Norte Vez

Caminha – Rua da Corredoura, 22

Melgaço – Praça Ribeiro do Porto, nº 1 – Vila – Melgaço

Monção – Largo do Rosal, nº 27

Paredes de Coura – Rua Custódio José Vieira, nº 4

Ponte da Barca – Loteamento do Cruzeiro – Variante do Vale

Ponte de Lima – Praceta Dr. Vieira de Araújo

Valença – Rua Valflores – Ed. Palácio de Cristal – sala 65

Viana do Castelo – Rua Tenente Coronel Afonso do Paço, Lt 1, 46 (Junto ao Hotel Parque)

Vila Nova da Cerveira – Fórum Cultural (bienal) – Av. das Comunidades

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues na sede Distrital, (Rua Tenente Coronel Afonso do Paço, Lt 1, 46 (junto ao Hotel do Parque) ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As listas candidatas a Delegados de Secção devem ser entregues, nas sedes respectivas, ao Presidente da Assembleia de secção ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estarão abertas em todas as secções das 14h00 às 21h00.



CONSELHO DISTRITAL DE LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da JSD de Leiria, para reunir no próximo dia 05 de dezembro (sábado), pelas 14h00, na Sede do PSD de Leiria, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Análise da Situação Política;

2 – Apresentação e aprovação do calendário e do regulamento do Congresso Distrital;

3 – Outros Assuntos.

OLIVEIRA DO BAIRRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia de Oliveira do Bairro, para plenário a realizar no próximo dia 12 de Dezembro de 2015, pelas 16h, nas instalações da AMPER (Associação dos Amigos de Perrães), sita na Rua Centro Social nº1, Perrães, 3770-062 Oiã, com a seguinte ordem:

Ponto Um – Análise de mandato 2013/15

Ponto Dois – Análise do contexto político-partidário

Ponto Três – Outros Assuntos.

CONSELHO DISTRITAL DE VISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis convoco o Conselho Distrital da JSD Viseu para reunir no próximo dia 12 de Dezembro de 2015, sábado, pelas 15h00m, na Sede de Concelhia do PSD de Carregal Do Sal, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informações;

2 – Eleição dos delegados assembleia Distrital do PSD;

3 – Análise da Situação Política;

4 – Outros assuntos.